

História e crônica: a Lei dos Sexagenários e as Balas
de Estalo de Machado de Assis (1884-1885)
Ana Flávia Cernic Ramos*

Resumo:

Entre os anos de 1884 e 1885, a discussão e a aprovação da Lei dos Sexagenários impactou o pensamento da intelectualidade brasileira. Diversos intelectuais passaram a ver com grande pessimismo a marcha abolicionista no Brasil. Este artigo pretende analisar a maneira pela qual Machado de Assis, por meio do personagem Lélío, se posicionou diante desse debate através de suas crônicas intituladas "Balas de Estalo", publicadas na Gazeta de Notícias.

Palavras-chave: História; Crônica e Escravidão.

Abstract:

Between 1884 and 1885, the discussion and approval of the Bill of Sexagenários influenced the thought of Brazilian intelligentsia. Several intellectuals have started to show great disappointment with the abolitionist march in Brazil. This article analyzes the way Machado de Assis, through his character Lelio, stood before the debate through his chronicles entitled "Balas de Estalo", published by Gazeta de Notícias.

Keywords: History; Chronicle and Slavery

* Doutora em História pela Unicamp e professora da Universidade Federal de Uberlândia. Email: afcramos@yahoo.com.br.

Entre os anos de 1883 e 1886, Machado de Assis, sob o pseudônimo Lélío, colaborou na série de crônicas “Balas de Estalo” do jornal carioca Gazeta de Notícias. Primeira série de crônicas de Machado neste periódico, “Balas” representou uma experiência diferenciada na carreira do literato por ser uma série coletiva¹. Publicada em espaço entrelinhado, “Balas de Estalo” contava com a participação de mais de uma dezena de narradores que, unidos pelo humor, debatiam os principais assuntos da cidade. Curtas e engraçadas, as “balas” da Gazeta transformavam os comentários de pequenos acontecimentos cotidianos, de fatos inusitados, em uma crítica contumaz às tradicionais práticas políticas do império (RAMOS, 2005). A partir da observação dos costumes políticos, os cronistas ensaiavam respostas para as transformações sociais pelas quais o Brasil passava naquele momento. Quais instituições se consolidariam naquele final do século? República ou Monarquia? Liberdade ou Escravidão? Quem seriam os protagonistas de um novo projeto político para o país? Produzida na década de 1880, a série representava angústias e incertezas políticas, características de um momento histórico repleto de ambiguidades ideológicas que se tornavam cada vez mais evidentes diante de uma sociedade escravocrata que convivia com instituições liberais e representativas.

Em meio a esse grupo de cronistas, Lélío, pseudônimo usado por Machado de Assis na série, representava o esforço do literato em manter uma unidade para os seus textos na coluna. Uma unidade construída através da criação de um personagem-narrador que levava uma assinatura diversa do seu nome e que não era utilizado como disfarce, mas como uma instauração de graus de complexidade à sua fala, garantindo-lhe, de certa forma, maior liberdade e autonomia no tratamento dos mais diversos

¹ Inicialmente a série contava com a participação dos seguintes pseudônimos: Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha (ambos assinados por Henrique Chaves), Décio e Publicola (assinados por Demerval da Fonseca), Lélío (Machado de Assis), Mercurio e Blick (assinados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Posteriormente, ingressaram Confúcio, LY e Carolus, todos ainda sem identificação.

assuntos. Foi assim que, através de Lélío, Machado comentou os principais acontecimentos da política imperial daqueles anos tão agitados. Nada escapava ao olhar atento do cronista que, nas páginas de um dos maiores jornais da cidade, deixava suas impressões sobre a vida parlamentar brasileira, a condução das eleições, a formação dos ministérios e, também sobre as principais instituições do país, tais como a monarquia e a escravidão. Criado a partir da inusitada declaração do chefe do gabinete de ministros, Lafayette Rodrigues, de que na política “tudo podia ser que sim ou que não” (RAMOS, 2010, p.78), Lélío passou a investigar os limites de ser e não ser na política brasileira.

Partindo do pressuposto que, ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX (CHALHOUN, 2003, p.17), as crônicas de Lélío formam um capítulo importante dessa trajetória. Integrando um projeto ficcional maior do literato, iniciado ainda nos anos 1870, as crônicas não podem ser tomadas apenas como parte do jornalismo diário, cujo papel era comentar as notícias do cotidiano. Em plena ascensão dos modelos realista e naturalista, elas mostravam-se textos comprometidos com a discussão sobre os limites e as formas da literatura representar a realidade, bem como se transformaram em um importante campo de batalhas na construção de significados políticos e sociais para os principais eventos daquele final de século. Um dos exemplos importantes dessa experiência de Machado de Assis cronista será a discussão em torno do projeto de libertação dos escravos sexagenários, iniciada em julho de 1884. Como cronista, Lélío vivenciou uma acirrada luta política que trouxe à tona não apenas uma discussão sobre o futuro da escravidão no Brasil, mas que também denunciou o aspecto de “farsa” que a política imperial havia adquirido.

Criada em plena agitação abolicionista, a Lei dos Sexagenários foi interpretada durante muito tempo pela historiografia como mais um passo importante da abolição gradual e linear da escravidão no país. A partir de uma visão retrospectiva da abolição, pautada na experiência posterior a 1888, importantes autores do século XX, tais como Emília Viotti da Costa e

Ana Flávia Cernic Ramos

Robert Conrad, reforçaram a ideia de um processo gradual na extinção do trabalho no Brasil. Entretanto, ao analisarmos interpretações políticas sobre a lei de 1885, notamos que a Lei dos Sexagenários foi também percebida como uma experiência profunda de derrota. Abolicionistas, políticos, literatos e jornalistas pareciam ver a lei promulgada em 1885 muito mais como um retrocesso político (ainda mais se comparada à lei de 1871) do que como uma vitória a caminho do “imminente” fim da escravidão.

A Lei dos Sexagenários e o “ídolo babilônico” da escravidão

Em 6 de junho de 1884 Manuel Pinto de Sousa Dantas, político liberal da Bahia, foi chamado pelo imperador para organizar o novo ministério após uma crise vivida pelo governo anterior, chefiado por Lafayette Rodrigues Pereira, que presenciara não apenas o início da chamada “Questão Militar”, mas principalmente o crescimento expressivo do movimento abolicionista. No Rio de Janeiro, sob a liderança de João Clapp e José do Patrocínio, fundava-se naquele momento a Confederação Abolicionista e, sob o impacto da publicação de *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, era lido seu manifesto pelo fim da escravidão no Brasil no Teatro Pedro II (CONRAD, 1978, p.234). Em março de 1884, o Ceará declarava oficialmente a abolição da escravidão, inspirando, pouco tempo depois, a província do Amazonas a decretar a mesma medida. Diante desses acontecimentos, o problema do trabalho escravo tornava-se uma questão crucial, da qual dependia, entre outras coisas, a sobrevivência do ministério de Lafayette. Havia sobre o ministério uma expectativa de avanço na resolução do problema criada por vários clubes abolicionistas, que cobravam do Estado um programa mais radical, que incluísse, entre outras coisas, a libertação de homens com mais de cinquenta anos e a completa aplicação da lei de 7 de novembro de 1831 (CONRAD, 1978, pp.230-231).

Nesse contexto de acirramento dos debates em torno da escravidão, evidenciado não apenas pelo surgimento do movimento abolicionista, mas

também pela ocorrência de várias revoltas e fugas² e do crescente número de ações pela liberdade nos tribunais do império, Lafayette, ao ser chamado para organizar o ministério, prometia um aumento do fundo de emancipação através da criação de impostos especiais (MORAES, 1986, pp.56-57). Entretanto, ao longo de seu governo, o chefe do gabinete de ministros foi acusado inúmeras vezes de colocar em prática uma política oscilante e indecisa sobre a escravidão. Com a repercussão da emancipação do Ceará, que se traduziu na Corte em três dias de festas, vários jornais da cidade, tal como o *Brazil* e o *Diário do Brazil*, passaram a acusar o ministério de ser conivente com o ataque feito à propriedade escrava e à ordem pública.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, vendo a inviabilidade do encaminhamento político espontâneo da questão, D. Pedro II decide então intervir na situação, tornando condição para a chamada ao poder o propósito de ocupar-se com a questão da escravidão (HOLANDA, 2005, p.25). E é assim que o nome de Manuel Pinto de Sousa Dantas irá surgir. Mediante a recusa de Saraiva em assumir o governo, Dantas organiza o ministério 6 junho de 1884 e, como era esperado, no dia 15 de julho, através do deputado Rodolfo Dantas, apresenta à Câmara o projeto sobre a liberdade dos sexagenários. O projeto propunha, entre outras coisas, a localização provincial da escravatura, a ampliação do fundo de emancipação e, finalmente, a libertação dos escravos maiores de 60 anos sem indenização aos senhores (MENDONÇA, 1999, pp.21-37). A apresentação do projeto dá início a uma das maiores batalhas da história do Parlamento brasileiro.

² Célia Marinho Azevedo, ressaltando o papel dos escravos no avanço da questão abolicionista no final do século XIX, afirma que nos primeiros anos da década de 1880 ocorreram inúmeras revoltas coletivas em fazendas de diversos municípios. Uma onda de recrudescimento da violência que, segundo a autora, dificilmente poderia ser controlada por medidas disciplinares, já que naquele momento a escravidão era um regime de trabalho bastante desacreditado (AZEVEDO, 2004, p.175). Maria Helena Machado, ao estudar importantes movimentos sociais na década da abolição, também reforça a ideia da pressão feita pela ação dos escravos no encaminhamento da discussão sobre o fim da escravidão no Brasil, além de analisar o corpo de discussões feitas pelo abolicionismo em sua "feição mais popular e radical" (MACHADO, 1994).

Diante da possibilidade da libertação sem indenização dos escravos sexagenários, os representantes da lavoura nacional retomaram antigas falas retóricas para combater o ministério Dantas, utilizadas pela primeira vez em 1871, quando foi debatida a Lei do Ventre Livre (CHALHOUN, 2003). Em 1884, embora poucos parlamentares ousassem contestar a necessidade da abolição, muitos ainda estavam longe de acreditar que a questão estava resolvida. Naquele momento, defender os benefícios de uma sociedade livre da escravidão não significava exatamente romper com uma instituição que existira no país por mais de três séculos. Segundo Joseli Mendonça, fato irrefutável era que a escravidão “instaurara-se” entre os brasileiros e o medo de um caos social se constituiu no principal argumento daqueles que insistentemente combateram o projeto Dantas (MENDONÇA, 1999, p.51). Diante desse impasse, muitos deputados, senadores e chefes dos partidos políticos do império mantiveram um discurso ambíguo sobre o tema, oscilando entre o reconhecimento dos “milagres da sociedade livre” e a “necessidade de que o processo da abolição se fizesse da forma mais lenta possível” (MENDONÇA, 1999, pp.52-53). Uma ambiguidade que deixou Lélío perplexo e descrente sobre a política imperial. Depois de alguns meses de discussão, parecia ficar evidente para o narrador da série que a política do “pode ser que sim ou pode ser que não” ao invés de ser uma particularidade do ilustrado ex-ministro Lafayette, representava um princípio organizador da política imperial, principalmente quando o assunto era a escravidão.

Entretanto, em 1884, o que irá surpreender a Lélío serão as inversões de sentidos que antigos combatentes da Lei do Ventre Livre vão inserir em suas falas. Os opositores do projeto Dantas retomavam não apenas os argumentos de que o fim da escravidão comprometeria o crédito do país, destruiria a agricultura, desestabilizaria o trabalho e incitaria o caos social, mas agora se apropriavam da antiga Lei do Ventre Livre, a que tanto se opuseram em 1871, como um escudo contra o avanço do abolicionismo. Apegados ao que chamavam de “espírito da lei”, os opositores do projeto Dantas, tentavam, ao máximo, protelar a discussão de uma nova medida legal sobre a escravidão. Além dos “truques parlamentares” tradicionais,

como a falta de quorum, a fiscalização partidária, a contestação dos resultados eleitorais, esses opositores se apropriaram da Lei do Ventre Livre para neutralizar o projeto Dantas que, naquele momento, passou a ser tomado como uma “bandeira à agitação abolicionista” (COSTA, 1998, pp.472-484). E a Lei do Ventre Livre que em 1871 fora tomada como um elemento de perturbação e atentado contra os direitos dos proprietários, foi, em 1884, rapidamente considerada um “abrigo de promessas” (MENDONÇA, 1999, p.141) para os opositores do projeto que viam nela, além do gradualismo, a promessa da indenização e, conseqüentemente, a reafirmação dos direitos de propriedade dos senhores.

Alguns exemplos importantes dessa inversão dos sentidos sobre a lei de 1871 são os discursos realizados no banquete comemorativo pelos 13 anos da Lei do Ventre Livre, oferecido pelo partido Conservador no dia 28 de setembro de 1884. Segundo o jornal *Brazil*, um dos que se colocou contra o projeto Dantas e que transcreveu todos os brindes feitos no jantar, tinha-se muito que comemorar, afinal de contas os resultados da lei não podiam ser mais “satisfatórios”, já que a cada ano a obra emancipadora se acelerava com “força redobrada” (“Banquete Comemorativo da Lei de 28 de Setembro de 1871” in *Brazil*, 30/09/1884). O primeiro a falar foi o Barão de Cotegipe, ressaltando os resultados em “larga escala” da lei, tais como a libertação de mais de 400 mil brasileiros. Em seguida, Manoel Francisco Correia, exaltava a importância da lei por essa representar um “golpe decisivo” na “condenada instituição da escravidão”. Já Ângelo do Amaral argumentava que “conciliar os emancipadores de todos os matizes” deveria ser obra de “estadistas providos de experiência governativa”. Para ele, a “conciliação”, porém, não começaria enquanto a “propaganda revolucionária”, animada pelo “próprio governo”, continuasse a “perturbar a de 28 de setembro”. Amaral defendia uma retomada do “império do direito”. Em sua vez de homenagear a lei, Costa Pereira saudou a lavoura, em cujos ombros pesavam “o grande edifício do império brasileiro” e que se defendia no “terreno da estrita legalidade”.

Já para Ferreira de Araújo, o jornal *Brazil*, ao comemorar os “satisfatórios” resultados da Lei de 28 de Setembro, pisava em terreno “falso” e criava uma realidade que de fato não existia. Em sua coluna “Cousas Políticas”, publicada um dia depois do banquete, dizia que se a obra da emancipação se acelerava não era por “impulso” da lei de 1871, mas “justamente” pela sua “insuficiência”, que despertara “estímulos” nos “espíritos mais adiantados”. Araújo, que não deixava de reconhecer a importância da lei, dizia que a medida havia se tornado “morosa”, que o fundo de emancipação havia servido para “satisfazer interesses inconfessáveis” e que os “potentados de aldeia usaram e abusaram da fraqueza e da dependência dos avaliadores” para atender aos mais diferentes interesses. Araújo acreditava que essa ineficiência na aplicação da lei tornava-a ainda mais atraente para aqueles que precisavam de um refúgio contra o projeto Dantas. Para ele, a lei, tão combatida em 1871, passara a atrair antigos inimigos porque, na prática, seus efeitos eram mínimos. Araújo concluía ainda que a “insuficiência” da lei era tal que, durante treze anos, “a filantropia particular havia feito dez vezes mais” em número de libertações (ARAÚJO, “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/09/1884).

É nesse contexto que Lélío, embalado por ideia semelhante à de Ferreira de Araújo, escreve uma “bala de estalo”, na qual reproduz a história de um ídolo babilônico que, ao longo do tempo, perdera seus poderes. No dia 1 de outubro de 1884, o narrador diz reproduzir, “textualmente”, um “diálogo” entre dois amigos ouvido durante uma viagem de bonde. “K” e “P”, voltando para a casa, comentavam a comemoração do aniversário da Lei do Ventre Livre feita pelos conservadores. Na crônica, Lélío remete o leitor a um tempo antigo, a uma narrativa que se parecia com uma espécie de “fábula” moralizante, bem ao estilo das que passaram a ser utilizadas por deputados e senadores depois da passagem de Lafayette Rodrigues pelo ministério.

No diálogo, “K” perguntava se “P” havia lido todos os discursos do banquete comemorativo. “Desde o primeiro até o último”, respondia “P”,

“os do Cotegipe, o do João Alfredo, o do Costa Pereira, o do Coelho Rodrigues, o do Teodoro Machado, o do Amaral”, concluindo ainda que achara-os “muito bons” (Lélio, “Balas de Estalo”, Gazeta de Notícias, 01/10/1884). “K” perguntava, então, se “P” havia percebido que o “pensamento cardeal” de todos era de que na “fiel execução da lei de 28 de Setembro” estava o “penhor da paz pública”, e que tudo o que transcendesse o “princípio” ali estabelecido seria um “mal”. Essa é a “minha opinião”, respondia “P”. Não querendo discutir a questão “em público”, “K” dizia apenas querer saber se “P” havia colaborado na lei de 28 de setembro. “Singular pergunta!”, respondeu “P”, “votei com o Rio Branco”. “Sem restrição”, indagava ainda “K”, “sem restrição”, concluía “P”, e logo em seguida perguntava: “em que está pensado?” e “K” respondia:

K. – Estou pensando na Babilônia... Você é pouco lido em cousas babilônicas; não sabe o que perde. Podia contar-lhe muitas delas, mas estou perto de casa, e não tenho tempo. Contarei só uma. Havia ali um grande ídolo, cujo nome me escapa... Chamava-se, chamava-se...

P. – Seja o que for, vamos ao caso.

K. – Era uma soberba estátua de cedro, com olhos de ágata e cabelos de couro; media três côvados; as mãos, postas sobre os joelhos, davam a altura regular de um rapaz de dez anos. Era tradição que esse ídolo fora um dia levado à Babilônia por trezentos gênios celestes; daí este preceito que ninguém lhe tocaria nunca em nenhuma parte do corpo. Ninguém lhe tocava; acendiam-se lâmpadas em derredor dele, queimava-se lhe incenso e mirra, mas ninguém, desde o primeiro ao último sacerdote, ninguém lhe punha a mão. Eis senão quando, um dos guerreiros mais ilustres do país, estando a envelhecer, e temendo a morte, sonhou que lhe aparecia um gênio de asas grandes, e lhe dizia: “eu sou um dos trezentos que trouxeram à Babilônia o ídolo...” Ora, que diabo! não me lembra o nome...

P. – Deixa lá o nome; vamos adiante.

K. – Não me lembra. “Sou um dos trezentos, e, pois que temes a morte, venho oferecer-te a imortalidade”. Naturalmente o guerreiro instou com o gênio que lhe desse logo e logo; ele, porém, replicou-lhe que devia ir buscá-la por suas mãos e ensinou-lhe como: era tocar com o dedo no umbigo do ídolo. O guerreiro acordou deslumbrado, mas desde logo esbarrou no preceito. Os doutores da lei, quando lhes contou o sonho, responderam, e muito bem,

que o sonho era sonho e que a lei da morte era universal; tudo morre para que tudo viva. O guerreiro pegou dos livros sacros, estudou-os setenta dias e setenta noites, e não achou nada. Não havia mais que escapar à morte.

P. – Fale mais baixo; estão todos com os olhos em nós.

K. – Um dia, porém, lembrando-se das antigas façanhas, disse ele consigo que, a troco da imortalidade, valia a pena invadir o templo e tocar com o dedo o umbigo do ídolo. Ferveu-lhe o sangue, acenderam-lhe os olhos; pegou da espada de outros anos, e seguido de antigos e novos camaradas, entrou no templo, no momento mesmo em que os sacerdotes cantavam os versículos de exortação. Não houve luta; os sacerdotes, inertes, tiveram a dor de ver o ancião trepar ao altar, levantar o braço, estender o dedo e tocar o umbigo do ídolo.

P. – E ficou imortal?

K. – Lá vou. A consternação foi grande e natural; mas, entraram a correr as luas, e foi pegando o costume de tocar no umbigo do ídolo. Vieram mais luas e ainda mais luas, e do umbigo passaram aos pés, aos joelhos, aos braços, às orelhas, às mãos, à boca e ao peito; era crença popular que o contato de uma parte do ídolo curava as moléstias, e todas as enfermidades do mundo ali vinham, tropeçando e gemendo, e subiam ao altar, e chegavam os dedos à benta figura. E continuando as luas, passou aquilo a ser um exercício, e depois uma aposta, e depois uma brincadeira, e foi assim, lentamente, que o ídolo perdeu o dom de fazer nascer o trigo. Um dia...

P. – Ainda não acabou?

K. – Um dia, os doutores da lei, reunidos para emendar os sagrados textos, examinaram bem a história da decadência de um preceito tão antigo, e acharam que o primeiro que tocou o umbigo, esse se podia dizer que tocou as outras partes do corpo. E disseram, e escreveram que não há divisão na inviolabilidade, e que o umbigo... Ó diabo! lá passei a casa! Pare! pare! adeus! Amanhã lhe contarei o resto (Lélio, "Balas de Estalo", Gazeta de Notícias, 01.10.1884).

Mesmo que Lélio não tenha feito uma nota explicativa, como Machado fizera para o conto "A Sereníssima República", ficava claro para o leitor que a história do "ídolo" babilônico, cujo nome escapava a "K", representava a trajetória da Lei de 28 de Setembro de 1871. Antes mesmo de começar a narrar sua história, "K" faz questão de saber se "P" havia colaborado com Rio Branco, dando sinais de que, talvez como Rui Barbosa, o que o incomodava era a "mudança" ocorrida entre muitos conservadores

que se opuseram ao projeto Rio Branco e que agora viam a Lei de 1871 como tábua de salvação. Temida inicialmente, tal como ídolo babilônico, a Lei de 28 de Setembro aparecia agora como a única alternativa de escapar à "morte", surgia como uma esperança diante do "fim inevitável" que representaria, na visão de muitos deputados, o projeto Dantas. O guerreiro, que até então esbarrara no "preceito" de nunca tocar a imagem, depois de estudar setenta dias e setenta noites, decidira que, em nome da imortalidade, valia a pena enfrentar os "sacerdotes" e arriscar a tocar o "umbigo" da imagem, desmistificando, assim, antigas crenças. Vencer velhos ressentimentos em relação à Lei de 28 de Setembro parecia, naquele momento, em plena agitação abolicionista, o único modo de resguardar o que ainda sobrara da inviolabilidade da propriedade escrava. Era preciso apropriar-se da lei, tal como o guerreiro fez com o corpo do ídolo, torná-la parte estrutural da defesa do status quo, apoderando-se de seus significados para então combater qualquer nova medida emancipacionista.

Lélio aparentemente parecia concordar com Ferreira de Araújo, em especial quando este afirmava que os antigos opositores se escondiam atrás da Lei do Ventre Livre porque sabiam que, na prática, as redes de poder, parentesco e favor convertiam-na, muitas vezes, aos interesses dos senhores. O antigo tabu de que tocar o ídolo levaria à morte havia sido rompido pelo primeiro guerreiro, ou seja, viu-se que o número de escravos libertos com a lei não havia sido tão grande quanto se esperava inicialmente. A lei já não assustava tanto quanto em 1871, podia-se, então, como dá a entender o argumento de Araújo, defendê-la, já que ela, ou a sua inoperância, muitas vezes beneficiava aos senhores. Sidney Chalhoub, em Machado de Assis: historiador, mostra como o literato, enquanto funcionário do Ministério da Agricultura, vivenciou as dificuldades do Estado em fazer cumprir a Lei do Ventre Livre. Chalhoub ressalta que desde os debates parlamentares em 1871 já se falava na questão da execução da lei. Muitos opositores do projeto desafiavam o governo, questionando se este conseguiria colocar as novas medidas em prática. Deputados como Paulino de Souza achavam que a execução da proposta poderia ser "contingente ou

opressora". "Contingente" se a autoridade pública deixasse ao arbítrio dos senhores o cumprimento das disposições que fossem de encontro a seus interesses particulares. "Opressora", caso se levasse a efeito a "fiscalização rigorosa" exigida para o seu "exato cumprimento" (CHALHOUB, 2003, p.204).

Machado de Assis, como chefe da segunda seção da Diretoria da Agricultura, foi peça fundamental na luta cotidiana pela aplicação correta da lei. Como nos mostra Chalhoub, enquanto funcionário, ele lidava diariamente com questões sobre a aplicação do fundo de emancipação e da realização da matrícula. Em pareceres oficiais da Secretaria, Machado referia-se, por exemplo, à forma como os senhores manipulavam as regras do fundo para obter a alforria dos escravos ditos "inválidos". Chalhoub ressalta ainda o quanto Machado, nesse enfrentamento diário, esforçou-se pela aplicação correta e justa da lei, limitando ao máximo possível a ação dos senhores contra os escravos (CHALHOUB, 2003, pp.206-239). Entretanto, segundo o autor, no início da década de 1880, havia de fato um sentimento de "inoperância completa" da lei. Assim, a crônica de Lélío parecia estar ligada não apenas a um argumento comumente utilizado naquele momento sobre essa "inoperância" da lei, mas também refletia, de certa forma, a experiência do próprio Machado de Assis, autor que transpunha para seus narradores ficcionais importantes conclusões tiradas de seu trabalho como funcionário público.

Lélío, porém, como sabia o leitor das suas "Balas de Estalo", gostava de "ludibriar" o leitor vez ou outra. À primeira vista, o narrador de "Balas" parecia seguir o argumento comumente utilizado sobre a apropriação da Lei de 28 de Setembro por seus antigos inimigos quando ela já não representava enormes ameaças. Podia-se tocar o umbigo do ídolo sem medo, pois já se sabia que a morte não era tão certa assim. Contudo, a crônica de 1º de outubro também sugere outra leitura possível, diferente do que vinha sendo dito na imprensa, e ousou dizer, mais otimista. Depois que o guerreiro babilônico tocou pela primeira vez a estátua, aquilo que até então era proibido e condenado, passou a ser prática comum entre as pessoas. Após

algumas luas, passaram a tocar não só o umbigo, mas os pés, os joelhos, os braços, as orelhas. Enfim, após o primeiro toque, todo o corpo da imagem acabou sendo dessacralizado. Espalhou-se, então, a “crença popular” de que o “contato de uma parte do ídolo curava as moléstias” e “todas as enfermidades do mundo”, fazendo vir ali, “tropeçando e gemendo” para subir ao altar e colocar os dedos na “benta figura”, todo tipo de gente. O ato passou a ser um “exercício”, depois uma “aposta” e, enfim, tornou-se uma “brincadeira”. E foi assim que, segundo “K”, o “ídolo perdeu o dom de fazer nascer o trigo”.

Segundo “K”, depois desses acontecimentos, os “doutores da lei”, “reunidos para emendar os sagrados textos”, “examinaram bem a história da decadência de um preceito tão antigo” e chegaram à conclusão de que “o primeiro que tocou o umbigo” podia-se dizer que também havia sido o primeiro a “tocar as outras partes do corpo”, pois que não havia “divisão na inviolabilidade” (Lélio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 01/10/1884). Ou seja, se por um lado podemos ler na crônica uma explicação da apropriação da lei por parte de antigos inimigos da libertação do ventre escravo, como vinha sendo feito por outros intelectuais na imprensa carioca, podemos também notar que Lélio provavelmente se refere também à “inviolabilidade” da propriedade escrava que, tal como o corpo do ídolo, já havia sido quebrada em 1871, ou pelo menos golpeada de tal forma, que o processo não mais podia ser revertido, mesmo que agora os antigos combatentes da lei a comemorassem em jantar de gala. O ídolo perdera o dom de curar, ou de “fazer nascer trigo”, porque não havia “divisão na inviolabilidade”, conclusão a que chegaram os “doutores da lei”. Se Machado havia presenciado, como funcionário, a “inoperância” da lei ou ainda a dificuldade de se fazer cumprir as medidas previstas por ela, ele também sabia que sua promulgação havia sido um abalo sem precedentes da mentalidade paternalista existente no Brasil do século XIX. A Lei de Ventre Livre, segundo Chalhoub, redefinira arenas de conflitos sociais, legitimando a intervenção do poder público nas relações entre senhores e escravos

(CHALHOUB, 1990). O Estado havia também tocado no umbigo paternalista, ou seja, na inviolabilidade da propriedade escrava, e conter esse primeiro movimento, tal como no conto babilônico, talvez não fosse mais possível.

Joseli Mendonça também ressalta que a reação tão virulenta dos que faziam oposição ao projeto Dantas era, principalmente, consequência da experiência de luta entre esses senhores e seus escravos nos tribunais do império. Ao obrigar, por exemplo, o senhor a conceder a liberdade a um escravo que tivesse o pecúlio para comprá-la, a lei, de certa forma, determinava que a liberdade pertencia ao escravo, estando na posse do senhor de forma precária. O domínio senhorial, após a promulgação da Lei de 28 de Setembro, sofria enorme ameaça, e a promulgação de mais uma medida pelo Estado seria como começar a tocar o resto do corpo do ídolo babilônico. Na tentativa de impedir que isso acontecesse, ou seja, na tentativa de impedir a morte, valia, inclusive, defender a lei, tomá-la como aliada, mesmo que nos tribunais e na prática cotidiana do paternalismo ela ainda fosse uma inimiga crucial dos senhores (MENDONÇA, 1999).

O exercício realizado por Machado de Assis, através de Lélío, nessa crônica sobre o ídolo babilônico sinaliza o quanto a criação de um narrador ficcional auxiliava o literato a criar uma distância crítica entre ele e o personagem criado. Em uma leitura “transparente” e imediata da crônica, notamos que Lélío, em sintonia com que se estava dizendo na imprensa, se mostrava perplexo diante da capacidade dos antigos opositores da Lei do Ventre Livre de inverter os sentidos e os resultados desta para defender os seus interesses. Por outro lado, Machado, por meio de uma história contada por Lélío, sugere interpretações múltiplas para um mesmo assunto. Se Lélío parecia apenas dizer o que tudo mundo estava dizendo, Machado, construindo uma narrativa cifrada e cheia de “metáforas”, parecia afirmar que, por mais que os conservadores tentassem, talvez fosse impossível conter o movimento de emancipação dos escravos. Através da criação de um personagem, Machado de Assis obrigava seu leitor a “decifrar” essas alegorias e separar as vozes narrativas existentes dentro do texto. Se Lélío

gostava de ludibriar, lograr, o leitor vez ou outra, era preciso ficar atento aos muitos sentidos possíveis em uma única crônica.

Importante é lembrar que, ao escrever esta crônica, o narrador de Machado de Assis estava ainda sob o impacto da decisão do imperador de manter Dantas no poder e dissolver a Câmara dos Deputados, após uma moção de desconfiança por parte daqueles que se opunham ao projeto do ministério de libertação dos escravos sexagenários sem indenização. A atitude imperial, interpretada por vários intelectuais da imprensa como uma ratificação do apoio do rei ao projeto, indicava ainda ser possível levar adiante o projeto emancipador. Não há como, por outro lado, afirmar que Lélío concordasse ou reconhecesse no projeto Dantas uma medida definitiva ou plenamente eficaz para a eliminação da escravidão no Brasil. Muitos abolicionistas criticavam as medidas paliativas do projeto. Porém, não se podia negar que a vitória de Dantas contra uma Câmara hostil representava, naquele momento, uma vitória contra a escravidão.

A tristeza de Lélío: a experiência da derrota política

Produzidas sob o signo da indeterminação histórica, as crônicas de Lélío, entretanto, acompanhariam de perto a mudança dos ventos no encaminhamento da discussão sobre o projeto Dantas. Se em outubro de 1884, a “bala de estalo” sobre o ídolo babilônico emergia de um contexto de otimismo e esperança, o ano de 1885 trará para esses intelectuais o sentimento de derrota política, causado não apenas pela composição de uma nova Câmara dos Deputados ainda hostil ao ministério, (CONRAD, 1978, p.267), mas principalmente pela saída de Dantas do poder, dando lugar a José Antonio Saraiva, chamado pelo Imperador para compor o novo gabinete. Pouco antes de o ministério chefiado por Dantas cair, Lélío enfatizará sua decepção com o encaminhamento da questão escravista pelos partidos imperiais. Em uma “bala” de 30 de abril de 1885, ele dirá que Saraiva vinha para “congrçar” e “apaziguar”, o que naquele momento queria dizer ceder às pressões dos inimigos do projeto de libertação dos escravos

sexagenários sem indenização. Em crônica de 6 de maio de 1885, um dia após a queda do gabinete Dantas, o narrador dizia que tinha algo “atravessado na garganta” e citava amargamente um livro alemão sobre o Brasil, cujo título era *Brasilien in socialischem und politischem Geisicht*. Segundo Lélío, dizia-se ali “muita coisa triste sobre nós”, que o “regime não [tinha] raízes”, que no “país não [havia] opinião, nem povo”.

Derrotado Dantas, seu projeto de reforma da “questão servil” foi substituído pelo projeto Saraiva, apresentado pelo deputado Pádua Fleury em 12 de maio de 1885. O novo projeto trazia alterações importantes, entre elas a indenização pelos escravos sexagenários alforriados, na forma de prestação de serviços por três anos ou até completarem 65 anos de idade. A mudança foi vista como uma grande vitória dos inimigos do projeto Dantas e como a consagração do direito de propriedade (MEDONÇA, 1999, p.34). O impacto da mudança foi tão grande que, em uma “bala” de 16 de maio de 1885, poucos dias depois da apresentação do projeto reformulado por Saraiva, Lélío afirmaria que se fosse o imperador do Brasil, seria o “primeiro cético” de seu tempo (RAMOS, 2010, p.202).

Com Saraiva à frente do Ministério, o novo projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 13 de agosto de 1885. No dia seguinte, aventando a possibilidade de uma moção de desconfiança por parte da assembleia, Saraiva pede demissão e se retira do poder, dando fim à situação liberal no império. Em seu lugar, D. Pedro II colocará o conservador Barão de Cotegipe, “velho fazendeiro-político pró-escravatura” (MENDONÇA, 1999, p.35). Diante dos acontecimentos, Lélío, em “bala de estalo” de 10 de agosto de 1885, demonstrará toda sua “desilusão” com os resultados das discussões sobre o projeto Saraiva. Citando versos de Victor Hugo, falecido pouco tempo antes da publicação de sua crônica, o narrador tentava descobrir os motivos da tristeza e da melancolia do Rio de Janeiro:

Permita o Rio de Janeiro que lhe chame paxá. É um nome como qualquer outro; mas no caso especial em que nos achamos é o que melhor assenta: lembra uns versos célebres de Vitor Hugo.
Qu'a-t-il donc le pachà? Acho-o preocupado. Não é certamente com

o Sr. padre Olímpio de Campos, que aceitou o desafio do Sr. José Mariano, e venceu-o ontem, em plena câmara [...].
Qu'a donc le doux sultan? Não me parece que seja a declaração do Sr. Castro Lopes, relativamente a Moisés. [...].
Qu'a-t-il l'ombre d'Allah? Não acabo de acertar com a causa de tamanha preocupação. Receará ele que o exemplo do 17º Distrito, folha de Minas Gerais, pegue em todo o império? [...].
Que será então que preocupa tanto o paxá? Que é que lhe ensombra a frente? Não é a história do Sr. padre Olímpio, não é a ignorância de Moisés, não é o estilo econômico do 17º Distrito, não é também a reforma servil, nem o estado da fazenda, que diabo será que o faz sorumbático e tonto? Coisas de paxá: perdeu o tenor Tamagno. Son tigre de Nubie est mort. (Lélio, "Balas de Estalo", Gazeta de Notícias, 10.08.1885)

Em "La douleur du pacha", poema escrito em 1827, Victor Hugo descreve a tristeza do sultão que, apesar de rico, mostrava-se triste e amargurado. Nas primeiras estrofes buscava-se descobrir a causa da dor do paxá. "Qu'a donc l'ombre d' Allah?", "Qu'a-t-il donc Le pacha, Le vizir des armées", "Qu'a-t-il donc?", "Qu'a donc Le doux sultan?", "Qu'a donc le maître?" Os versos seguintes levantam hipóteses variadas: estaria o sultão indignado porque seu banho fora contaminado com uma essência grosseira? Estaria ele enraivecido porque se perdeu o vaso com os perfumes que o rejuvenescem? Estaria ele furioso por ter surpreendido seu filho com sua favorita? Nas quatro últimas estrofes, todas essas hipóteses são, entretanto, descartadas. Por que, então, estava triste o paxá? O último verso esclarecia a razão do pranto: "Son tigre de Nubie est mort".

Com estrutura parecida ao do poema de Hugo, Lélio escreve sua crônica chamando o Rio de Janeiro de paxá porque, provavelmente, o considerava, naquele momento, tão preocupado quanto o sultão do poema. Para compreender o motivo de tanta melancolia, o cronista enumera explicações possíveis: a discussão entre os deputados Olímpio Campos e José Mariano na Câmara; as declarações do latinista Castro Lopes; ou ainda erros de sintaxe cometidos pelo jornal do 17º distrito. Tal como no poema, entretanto, Lélio negava todas as possibilidades apresentadas, afirmando que tanta tristeza vinha da perda do tenor Tamagno. Porém, Tamagno, não

havia morrido como o tigre. Muito elogiado, ele apenas decidira deixar a Companhia Ferrari, como noticiava a "Crônica da Semana" no dia 9 de agosto.

Segundo Daniela Callipo, em seu trabalho intitulado *As Recriações de Lélío: a presença francesa nas crônicas machadianas*, a comparação estrutural dos dois textos, tem um caráter fundamental na interpretação do sentido da crônica. Callipo argumenta, no entanto, que o tom e a finalidade da crônica eram muito diferentes dos do poema, decorrente da diferença entre esses dois gêneros literários. Segundo a autora, "La douleur du pacha" tinha como epígrafe uma citação de Byron, o que já indicava a "atmosfera reinante" do poema: "Séparé de tout ce qui m'était cher, je me consume solitaire et désolé". Para a autora, o "contraste" apontado entre a vida luxuosa do sultão e a pobreza de seus súditos conduziam o leitor a uma conclusão "chocante" e melancólica sobre o egoísmo do paxá. Mantendo um tom "desolador" e, ao mesmo tempo, "crítico", "tão caro ao autor do Prefácio de Cromwell", o poema integrava a concepção literária de Hugo, para quem a arte possuía uma "missão civilizadora" (CALLIPO, 1998, pp.220-221). Já na crônica de Lélío, segundo Callipo, o tom era outro, imerso em vocabulário leve e coloquial, as hipóteses levantadas pelo cronista para esclarecer a tristeza do Rio de Janeiro eram divertidas e irônicas, não revelando o mesmo engajamento social, mas a denúncia do caráter "farsesco" das situações políticas do império (CALLIPO, 1998, p.222).

Ao olharmos, entretanto, a trajetória de "desilusão" de Lélío em 1885, esta "bala de estalo" ganha novos significados. Publicadas no conturbado contexto de discussão do projeto Saraiva, as crônicas de Lélío indicavam que o Rio de Janeiro tinha reais motivos estar mais triste naqueles dias. Escrita provavelmente no dia 9 de agosto, a "bala de estalo" de Lélío estava, por exemplo, sob o impacto das recentes discussões parlamentares, ocorridas entre o padre Olímpio Campos, deputado conservador, e o liberal José Mariano. Olímpio de Campos, afirmava que, tal como outros no parlamento, desejava a emancipação com indenização, "para não lesar a fortuna alheia". Argumentava que quando ele falava em indenização, entretanto, não estava a reconhecer que o escravo fosse propriedade, uma

vez que “não [havia] direito do homem sobre o homem”. Porém, segundo ele, “a negação desse direito” não era “motivo suficiente” para que ele se tornasse um “extremado abolicionista”. Concluía o padre que a escravidão era uma “instituição anticristã”, mas que, “a despeito disto”, “não foi destruída de uma feita, em virtude das condições da época”, e que ele, embora não reconhecesse o “direito sobre o escravo”, contemporizava com o fato (Sessão do dia 08 de agosto de 1885, APB-CD, vol. II, pp.415-418). Já para José Mariano, Saraiva havia modificado a lei eleitoral, mas deixara em pé “todas as instituições absorventes e corruptoras que se [prestavam] aos manejos do poder executivo”, e prometia, naquele momento, outra reforma cujo resultado seria tão funesto quanto a lei de 1881 (Sessão do dia 08 de agosto de 1885, APB-CD, vol. II, pp.418-420).

Na mesma época circulavam também na imprensa carioca inúmeras críticas à forma como a maioria governista conduziu a discussão do projeto Saraiva na Câmara. Para muitos, como o autor da coluna “Boletim Parlamentar”, o reconhecimento “oficial” do controle governista sobre os debates para a aprovação da lei significavam uma “violação dos preceitos regimentais”, uma “ofensiva” às “prerrogativas parlamentares” (“Boletim Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 09/08/1885). Já em 10 de agosto, mesmo dia da crônica de Lélío, Ferreira de Araújo, em suas “Cousas Políticas” reclamava dos fatos ocorridos na Câmara dos Deputados. Desde o dia 7 de agosto estava em pauta tanto no parlamento, quanto na imprensa, a forma como estavam sendo evitados os discursos daqueles que se opunham ao projeto de Saraiva. Segundo Araújo, a presidência da Câmara dos Deputados vinha permitindo apenas as inscrições para os discursos dos “ardentes defensores” daquele “bom e paternal governo”. O colunista pedia, ao invés dessa situação, que os deputados tivessem a “honestidade de dizer francamente que eles haviam decretado a lei Saraiva”, fechando as portas daquele “parlatório inútil” (ARAÚJO, “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 10/08/1885).

É nesse contexto que Lélío escreve a “bala de estalo” na qual investiga as razões da tristeza do Rio de Janeiro. Não é fortuito que o primeiro motivo

apontado pelo narrador fossem os debates entre o padre Olímpio e José Mariano. Como um “inventor de dissimulações”, que Lélío afirmava ser, ele driblava o leitor, invertendo a ordem da apresentação das explicações sobre o real motivo da melancolia da cidade. Se o narrador parecia copiar o poema de Victor Hugo, trazendo para o texto em primeiro lugar aquelas explicações que seriam rapidamente descartadas, em uma leitura a contrapelo, percebemos que, ao contrário do que se esperava, ele indicava logo no início da crônica um dos motivos que, em sua opinião, provavelmente deixavam não só o Rio de Janeiro, mas o todo país mais triste. Uma desilusão que também era compartilhada por Lélío, uma vez que, a despeito da profunda crise política pela qual o país passava, o Rio de Janeiro parecia se importar mais com a saída do famoso tenor de uma companhia lírica. Se Hugo criticava seu sultão pela atitude “fútil”, Lélío parecia censurar o descompromisso da cidade diante do que se passava no parlamento brasileiro.

No dia 17 de agosto, três dias depois da aprovação do projeto Saraiva na Câmara, Lélío volta a escrever ressaltando mais uma vez o “alheamento” por parte das pessoas em relação à crise que abatia o império. Em sua “bala de estalo” ele diz que saiu às ruas para inquirir seus “concidadãos” para saber se eles estavam consternados com a aprovação do projeto sobre a emancipação dos escravos sexagenários. Perplexo, entretanto, ele descobre que as pessoas estavam mais preocupadas com a égua Icária, ou ainda, e mais uma vez, com a Companhia Lírica. Em sua última frase, Lélío afirmava: “Voltei a casa, ainda mais consternado. Reli o voto, e concluí que ou ninguém tem consciência do mal que nos cerca, ou o mal não existe. Uma de duas. Vou resolver o problema, depois do novo ministério” (Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 17/08/1885).

Ante a vitória do projeto Saraiva, a sensação de farsa política também será uma constante na imprensa. Aprovada pelo Senado em 25 de setembro, a Lei Saraiva-Cotegipe acabou sendo sancionada por D. Pedro II no dia 28 de Setembro de 1885, ou seja, retomando mais uma vez os significados da Lei do Ventre Livre. Pouco mais de um ano após a crônica de Lélío sobre o ídolo

babilônico, Ferreira de Araújo, nas suas "Cousas Políticas", comentava que para mascarar a nova lei, também chamada por ele de "monstro imoral", havia sido usado um "rótulo de droga falsificada", "como se fosse possível confundir esta lei [a dos sexagenários] que regateia aos velhos escravos as últimas gotas de suor" com a outra que "lavou a cabeça dos nascituros a mancha original da escravidão". Araújo, em seu artigo, ressalta não só a mudança de posição do imperador, mas também a participação do partido Liberal na vitória de uma lei que representava para ele uma derrota da democracia brasileira. Segundo a visão de vários desses intelectuais, existia "clamor popular" pelo fim da escravidão no país, e a lei, reforçando os princípios da propriedade privada, confrontava esse desejo público (ARAÚJO, Ferreira de. "Cousas Políticas", *Gazeta de Notícias*, 05/10/1885). Já no jornal *O Paiz*, de 28 de setembro de 1885, na coluna "Tópicos do Dia", o articulista afirmava que a data da lei que então se sancionava representava um "sofisma da emancipação dos escravos", uma falsificação dos verdadeiros significados da lei. E concluía: "sendo assim, o novo decreto, que já era uma fraude, ficará sendo estelionato de chancelaria". "Duas leis datadas de 28 de setembro, uma anulando a outra e pretendendo sobressair aquela que só tem ruins disposições!". ("Tópicos do Dia", *O Paiz*, 26/09/1885). A sensação de derrota política estava, assim, posta para aqueles intelectuais.

Bibliografia

- AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, 3ª ed.
- CALLIPO, Daniela Mantarro. *As Recriações de Lélío: a presença francesa nas crônicas machadianas*. *Gazeta de Notícias – "Balas de estalo"*, julho de 1883 a março de 1886. Dissertação de Mestrado em Letras, USP, 1998.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Ana Flávia Cernic Ramos

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 5 vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 7ª ed.

MACHADO, Maria Helena. O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MORAES, Evaristo de. A campanha abolicionista: 1879-1888. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, 2ª ed.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e Humor nos últimos anos da monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884). Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2005.

_____. As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas "Balas de Estalo de Machado de Assis. Tese de Doutorado em História; Unicamp, 2010.